

MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Coronel Chagas
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputada Aurelina Medeiros

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Marcelo Natanael

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Erci de Moraes
Deputado Soldado Sampaio
Deputado George Melo

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Jean Frank

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Célio Wanderley
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO

Atos Administrativos

Despacho ao Processo nº 000062/ALE/2012 2

Memorando Circular nº 018/2012 2

Atos Legislativos

Autógrafo - Moção de Pesar nº 021/2012 2

Proposta de Moção de Pesar nº 021/2012 2

Ata da 2161ª Sessão Ordinária - Sucinta 2

Ata da 2149ª Sessão Ordinária na Íntegra 4

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERALPraça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação GeralVICTOR TAVARES PIRO
Diagramação

MATERIAS PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS**DA PRESIDÊNCIA: EXTRATOS DE CONTRATOS****DESPACHO****PROCESSO Nº 000062/ALE/2012****SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA****ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação, referente às despesas com contratação da assinatura de Boletim de Direito Administrativo – BDA, Boletim de Licitações e Contratos BLC e Boletim de Direito Administrativo – BDM, em favor da empresa EDITORA NDJ LTDA, CNPJ 54.102.785/0001-32 no valor de R\$ 23.850,00 (Vinte e Três Mil, Oitocentos e Cinquenta Reais) conforme consta no processo em epígrafe, com fundamento no disposto do Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores. Sendo assim, em atendimento o que dispõe o Art. 26 do referido diploma legal, submeto o assunto a elevada consideração do Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima.

Boa Vista-RR, 26 de novembro de 2012.

Aias Viana Bento**Superintendente Administrativo**

Ratifico o despacho retro, nos termos do Art. 26, referente à Inexigibilidade de Licitação, para cobrir despesas com contratação da assinatura de Boletim de Direito Administrativo – BDA, Boletim de Licitações e Contratos BLC e Boletim de Direito Administrativo – BDM, de que trata o presente Processo.

Determino que se publiquem no Diário Oficial da Assembléia Legislativa, de conformidade, com a exigência contida no mesmo Art. 26 da lei supramencionada, no prazo de 05 (cinco) dias, o presente despacho.

Boa Vista-RR, 26 de novembro de 2012.

Francisco de Sales Guerra Neto**Presidente****MEMORANDO CIRCULAR**

Memo Circular SUP. ADM. Nº 018/2012

Boa vista-RR, 28 de novembro de 2012.

Da: Superintendência Administrativa

IlmoSr(a): Deputados, Superintendentes, Diretores (a), Gerentes, Coordenadores (a) e Assessor (a) da ALE-RR e Casa Militar.

Informamos que a Secretaria Municipal de Saúde, está realizando uma Campanha Municipal “**Fique Sabendo**”, teste rápido para as doenças, Sífilis, Hepatite B e C, HIV, o exame consiste em 01 gota de sangue e o resultadosai em 15 minutos.

LOCAL: VIDEOTECA DO PALÁCIO DA CULTURA

HORÁRIO: 08 ÀS 12H

DIAS: 28, 29 e 30/11.

OBS: O teste rápido também é oferecido nas unidades básicas da rede Municipal de forma permanente.

Atenciosamente,

AIAS VIANA BENTO**Superintendente Administrativo****ATOS LEGISLATIVOS****AUTÓGRAFOS - MOÇÕES****MOÇÃO DE PESAR Nº 021/12**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública a seguinte:

- **Moção de Pesar** pelo falecimento da senhora **IRACEMA DE FREITAS HERNANDES**, genitora do Deputado Joaquim Ruiz, ocorrido no dia 26 do corrente nesta Cidade.

A Assembleia Legislativa, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de público apresentar sentimentos de pesar aos seus familiares.

Desejamos que a mesma seja acolhida pela providência divina, com muita luz.

Palácio Antônio Augusto Martins, 28 de novembro de 2012.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **JALSER RENIER**

1º Secretário

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

PROPOSTA DE MOÇÕES**PROPOSTA DE MOÇÃO DE PESAR Nº 021/12**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública a seguinte:

- **Moção de Pesar** pelo falecimento da senhora **IRACEMA DE FREITAS HERNANDES**, genitora do Deputado Joaquim Ruiz, ocorrido no dia 26 do corrente nesta Cidade.

A Assembleia Legislativa, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de público apresentar sentimentos de pesar aos seus familiares.

Desejamos que a mesma seja acolhida pela providência divina, com muita luz.

Palácio Antônio Augusto Martins, 28 de novembro de 2012.

Deputados**ATAS PLENÁRIO - SUCINTA**

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO QUARTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia vinte e dois de novembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima sexagésima primeira Sessão Ordinária do quadragésimo quarto Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado Coronel Chagas, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado Remídio Monai, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Chicão da Silveira, proceder à leitura do Expediente.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS: Ofício nº 071/12, de 21/11/12, do

Deputado Jean Frank, comunicando sua ausência nas sessões ordinárias dos dias 13 e 14/11/12. DIVERSOS: Ofício nº 583/12, de 21/11/12, do Instituto de Previdência do Estado de Roraima, referente ao OF/S.L./PRES./Nº 120/12. Ofício nº 782/12, de 21/11/12, da Secretaria de Estado da Saúde, solicitando determinar a confecção de um calendário, junto à comissão permanente de que se trata o inciso IV, do art.36 do Regime Interno dessa Casa. GRANDE EXPEDIENTE: O Senhor Deputado Coronel Chagas iniciou informando aos Senhores Deputados que protocolou, nesta Casa, uma Proposta de Emenda à Constituição que, acresce o Parágrafo 7º ao artigo 27, e o Parágrafo 3º ao artigo 28 da Constituição Estadual, que instituiu o Regime de Previdência próprio aos militares do Estado de Roraima. De acordo com o Senhor Parlamentar, neste ano, esta Casa discutiu e aprovou o Estatuto dos Militares, fruto de mais de dez anos de negociação da categoria, atendendo todas as demandas dos diversos círculos dos policiais militares e bombeiros. Contudo, destacou que quando foi para a sanção do executivo, por orientação equivocada do IPER, o Governador vetou alguns dispositivos do Projeto que são direitos dos policiais militares como a promoção pós-morte, aposentadoria integral, dentre outros, causando uma insatisfação muito grande no seio da família policial militar e bombeiro militar do Estado por serem direitos consagrados já existentes em todos os outros estados. Prosseguindo, lembrou que para os vetos do Governo não serem derrubados, o IPER compromete-se a encaminhar para esta Casa, no prazo de noventa dias, um Projeto de Lei para recolocar os direitos estatutários aos policiais militares e bombeiros militares, porém, ressaltou que já se passaram mais de sete meses e, o Projeto de Lei ainda não chegou nesta Casa e nem se tem notícias de que esteja sendo elaborado. Continuando, destacou que famílias de policiais militares que morreram em serviço ou foram reformados por acidente estão passando necessidades porque essa questão ainda não foi resolvida. Finalizou, pedindo o apoio de seus pares para que deem uma tramitação célere à PEC, por se tratar de um direito que os militares almejam há muitos anos. O Senhor Deputado Brito Bezerra usou a tribuna para informar que protocolou Requerimento, assinado por vários Deputados, em conformidade com o art. 192, parágrafo único, inciso I, alínea "b", c/ c inciso I e XVII do art. 196, todos do Regimento Interno c/c inciso XXXIII e XXXIV do art. 5º da Constituição Federal, bem como art. 62 e incisos da Constituição do Estado, além da Lei Federal 12.527/11, requerendo à Mesa Diretora que convoque o Senhor Governador José de Anchieta Júnior, para, no dia 11 de dezembro do corrente, prestar esclarecimento junto ao Poder Legislativo sobre a situação financeira do Estado, bem como as providências que estão sendo tomadas, visto que não estão sendo atendidas as necessidades básicas de funcionamento do Poder Público Estadual, e de atendimento à necessidade da sociedade, ressaltando a importância de a matéria ser incluída na pauta da Ordem do Dia. De acordo com o Senhor Parlamentar, não existe argumento para esta Casa não aprovar o Requerimento, uma vez que, o governador é o único responsável pelo Estado de Roraima e não pode atribuir os problemas ao seu Secretariado, já que eles podem ser trocados sempre que for julgado necessário. Segundo o Senhor Parlamentar, o Governo do Estado, de forma irresponsável, vem causando humilhação e constrangimento ao povo de Roraima. Continuando, informou que os Secretários de Estado não atendem às convocações, e quando vêm apresentam documentos que nem eles entendem, e informam que está tudo bem, ressaltando o fato ocorrido na convocação do Senhor Rodolfo Braga que compareceu à Assembleia Legislativa para prestar esclarecimento, que segundo ele estava tudo bem, mas no dia seguinte o Tribunal de Contas do Estado pediu seu afastamento, por desvio de recursos públicos. Finalizando, criticou o fato de o Governador ter a capacidade psicológica de estar em férias branca no exterior, enquanto o seu povo está sofrendo pela má administração do seu Governo. O Senhor Deputado Flamarion Portela iniciou informando que está encaminhando à Mesa Diretora desta Casa, Projeto de Decreto Legislativo que dispõe sobre o afastamento de servidores da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual, por infração aos princípios da Administração Pública, e que tal projeto pede o afastamento imediato dos Senhores Márcio Junqueira e Luiz Valdemar, de suas funções no ITERAIMA. Em seguida, o Senhor Deputado clamou a todos para que reflitam sobre o que está acontecendo no Estado, dizendo que as famílias de Roraima querem paz, não querem guerra, e que a única coisa que estão fazendo é defendendo suas terras, seu direito de trabalhar e sustentar suas famílias, e que apesar de terem os títulos das terras, órgãos como o ITERAIMA vão até suas propriedades lhes dizer que as terras não

lhes pertencem, pois os referidos títulos não têm mais validade. De acordo com o Senhor Deputado, não existe Estado Democrático de Direito sem que o povo confie no agente público, em suas instituições e em seus governantes; sem confiar no agente público o Estado vira uma baderna, uma bagunça e isso não é o que a população quer. Questionou, ainda, como pode a assinatura de um governador ser desconsiderada em detrimento da palavra do Presidente de um órgão como o ITERAIMA? Como pode o ITERAIMA estar acima do Poder Executivo e acima do mandatário deste Estado? O senhor Parlamentar estava de posse de títulos de propriedades e recibos de compra e venda de terras datados entre 1949 e 1966, títulos de pessoas que hoje estão ameaçadas de perder suas terras porque o representante do ITERAIMA acha que uma professora não tem direito de possuir uma propriedade com quase 1000 hectares, e que o título que ela possui não tem validade nenhuma para o ITERAIMA. Lembrou, ainda, que as propriedades estão sendo invadidas, os marcos de limitação estão sendo trocados de lugar alterando o tamanho das propriedades. Finalizou, clamando que a população assuma o sentimento de roraimidade, do mesmo jeito que ele sabe que o povo brasileiro tem o sentimento de brasilidade. ORDEM DO DIA: O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 048/12, que altera a Lei nº 837, de 17 de janeiro de 2012, que "Dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2012/2015", de autoria governamental. Requerimento nº 051/12, de autoria de vários Deputados, requerendo, após ouvido o Plenário, "Convocar o Senhor Governador do Estado, José de Anchieta Júnior, para no dia 11 de dezembro do corrente, prestar esclarecimentos junto ao Poder Legislativo sobre a situação financeira do Estado, bem como as providências que estão sendo tomadas, visto que não estão sendo atendidas as necessidades básicas de funcionamento do Poder Público Estadual e de atendimento à necessidade da sociedade". Por falta de quorum regimental, o Senhor Presidente transferiu a pauta da Ordem do Dia para a próxima Sessão. EXPLICAÇÕES PESSOAIS: O Senhor Deputado Soldado Sampaio manifestou sua insatisfação com o comportamento de alguns Parlamentares desta Casa, por terem se ausentado do Plenário na Ordem do Dia para não votarem uma situação de grilagem nas terras de Roraima, liderada pelo Senhor Márcio Junqueira e pelo Senhor Valdemar, que estão retirando famílias que moram há décadas nas suas áreas. Na opinião do Senhor Parlamentar, pela reação de alguns Parlamentares, parece que o Presidente do ITERAIMA está ameaçando divulgar nomes de Deputados que possuem áreas imensas nesses locais. Prosseguindo, mostrou-se indignado com essa situação e com a postura de alguns Deputados da base do governo, que além do mais, se omitem de convocar o Governador para prestar esclarecimento sobre a atual situação do Estado. Finalizando, ressaltou que não irá se curvar diante desse governo desastroso, e continuará na luta, esperando que a sociedade vá para as ruas e levante sua voz, pois segundo ele, esta Casa não irá tomar nenhuma providência com relação aos desmandos do atual Governador. O Senhor Presidente em exercício, Deputado Coronel Chagas, informou ao Deputado Soldado Sampaio que as duas proposições que estavam para serem analisadas na Ordem do Dia têm que passar pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, esclarecendo que uma delas trata-se de Projeto de Resolução Legislativa e precisa de um parecer jurídico e, a outra é uma convocação do Chefe do Poder Executivo, que também tem que passar pela referida comissão para fins de emissão de parecer. Prosseguindo, justificou que o amparo colocado no requerimento não fala sobre convocação, o máximo que existe nos dispositivos citados são explicações por escrito. Com relação à questão da obstrução de votação dos projetos, o Senhor Presidente esclareceu que ocorreu por falta de Deputados em plenário, acusando a oposição de ter feito isso muitas vezes para acompanhar seu bloco e que serão tomadas as providências cabíveis ao caso. O Senhor Deputado Gabriel Picanço convocou os Senhores Deputados: Aurelina Medeiros, Ângela Águida Portella, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Jean Frank e Soldado Sampaio para reunião da Comissão Especial Interna, criada através da Resolução 03/2012, logo após o término da Sessão. O Senhor Deputado Brito Bezerra iniciou informando aos parlamentares que o Requerimento pela convocação do Senhor Governador, de autoria de vários Deputados, tem amparo legal, embora alguns Deputados desejassem que tivesse sido escrito de maneira explícita. De acordo com o Senhor Parlamentar, o direito é amplo, não precisa ser explícito, pois se assim fosse, não existiria o poder coercitivo da lei, não podendo, segundo ele, explicitar todos os casos em que a lei tem que ser cumprida. Prosseguindo, ressaltou que qualquer pessoa neste Estado sabe que esta Casa tem o poder para

convocar qualquer cidadão que receba proventos públicos do Estado, e em sua opinião não justifica alguns Deputados se furtarem desse direito pelo fato de a lei não está totalmente explícita na Constituição e no Regimento Interno desta Casa. Continuando, estendeu também a responsabilidade pelos desmandos do Estado àqueles, que por omissão, estão comungando dos mesmos sentimentos do Governador, ressaltando que o Governo peca por ação e os demais que o acompanham pecam por omissão, o que em sua opinião é uma das atitudes mais covardes do homem. Finalizou, manifestando sua indignação com a postura dos Deputados que não assinaram o Requerimento pela convocação do Senhor Governador, afirmando que ouviu dizer que quem fez o Requerimento vai ser demitido que, segundo o Senhor Deputado, é estarecedor dentro da Casa do povo. E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o próximo dia 27, à hora regimental. Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 28/11/12

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

**ATA DA 2149ª SESSÃO, EM 18 DE OUTUBRO 2012.
44º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
=ORDINÁRIA=**

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia dezoito de outubro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima quadragésima nona Sessão Ordinária do quadragésimo quarto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chico Guerra)- Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Brito Bezerra) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Coronel Chaga) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

- DIVERSOS:

- Ofício n. 950, de 15-10-12, da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento, informando a celebração de Convênios n. 066 – Estado de Roraima – SECD – Ordem de Ministros Evangélicos, e o Convênio n. 067 – Estado de Roraima – SECD – Centro de Tradições Gaúchas Nova Querência.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Procede à chamada.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores presentes neste plenário.

Ocupo esta tribuna, Senhor Presidente, para comentar o Projeto Lei encaminhado pelo governo do Estado que disciplina o uso do agrotóxico nas lavouras e no setor produtivo do Estado de Roraima. O motivo de preocupação é que essa lei deve entrar em pauta ainda este mês. É importante que a classe produtora do Estado, os pequenos agricultores representados pelas suas associações, sejam ouvidas, antes de se colocar em pauta a votação dessa matéria. Então, que não sejam escutados só setores produtivos do Estado, que eles também opinem, através dos seus engenheiros, dos seus técnicos, sobre uma lei de vital

importância para desenvolvimento do nosso estado. Caso ela disciplinar o regulamento do agrotóxico a ser aplicado no agronegócio, na pecuária do nosso Estado, visando a saúde do nosso povo, seria fundamental a participação em ouvir esses setores que produzem e geram riqueza aqui no nosso Estado. Então, para evitar que depois dessa lei aprovada, sejam criados problemas para um setor que ainda existe no nosso Estado, gera emprego e oportunidades para nossa gente.

Então, estabeleci, como prioridade, para hoje lembrar a importância da lei que está aqui na Casa, pois regulamenta o uso de pesticidas e agrotóxico na agricultura que entra na produção de alimentos, também usada na piscicultura que é uma realidade no nosso Estado. Conclui-se, mas portanto, haver necessidade de ouvir essas classes de produtores, quando participarem de uma audiência pública, como o intuito de não cometermos erros por não escutar a parte interessada.

Então, conforme informei, já se encontra nesta Casa a lei que regulamenta o uso de agrotóxico na nossa produção, e considero de fundamental importância que os produtores fosse ouvidas através de uma audiência pública.

A outra coisa é sobre o orçamento, Deputado Jalser, que também está na Casa. Neste ano, nós vivemos momentos importantíssimos com participação ativa dos movimentos sociais, quer na área da saúde, quer na área da educação, quer na segurança pública, defendendo os interesses de toda classe que compõe a estrutura organizacional do nosso estado. Seria também de fundamental importância abriremos as audiências públicas, aliás, foi montada uma comissão composta por representantes de entidades de classes junto ao governo do Estado para discutir os planos de cargos e salário da segurança, da saúde, da educação, seria de fundamental importância para que a Casa abrisse o orçamento para que eles entendessem aquilo que é possível ser atendido em 2013, em 2014 e 2015, ressaltando-se que nem tudo é possível atender. Há um orçamento restrito, há um orçamento enxuto para 2013, o PIB brasileiro não cresceu, todas as estimativas são para 1 1/2% de crescimento, isso reflete na correção salarial do próximo exercício, mesmo com uma inflação em alta. Então, é de fundamental importância que a gente abra as audiências públicas para todos os segmentos do Estado, não só na área de servidores públicos, mas também na área do setor produtivo, do comércio, para se ter noção de como vai funcionar a estrutura financeira que o Estado vai investir na vida dos cidadãos no nosso Estado.

Então, seria de fundamental importância, Deputado Sampaio, a abertura de audiências públicas para que eles tomem conhecimento do que existe na área da saúde, os recursos disponibilizados na área da educação, aquilo que está sendo disponibilizado no orçamento do estado para investimentos na infraestrutura, aquilo que está sendo disponibilizado através de financiamento que nós aprovamos nesta casa para investimento também na área de infraestrutura na área da saúde, da educação para todos tenham conhecimento daquilo que vai ser possível ser atendido no período de 2013 e 2014. São as duas mensagens que gostaria de deixar aqui para reflexão, e faço um apelo à nossa presidência que toma essas decisões em benefício do povo de Roraima.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, meu bom-dia aos senhores trabalhadores tanto do Poder legislativo, como a imprensa, cidadãos que acompanham esta sessão do nosso plenário.

Senhor Presidente, eu tinha me comprometido em aguardar todos os prazos, o tempo estabelecido na Lei 194/12 que é Estatuto dos Policiais e Bombeiros Militares, aprovado nesta Casa este ano. Durante o recesso e nós tivemos alguns avanços significativos nesse estatuto de policiais e bombeiros militares, uns de imediato ficaram amarrados em lei, e outros foram dados prazos ao comando da polícia militar, corpo de bombeiros, ou seja, ao Chefe do Executivo para que encaminhasse a esta Casa as demais legislações a fim de atender a necessidade da categoria. Em conjunto com o Coronel Chagas, Deputado Damosiel e outros membros da Comissão, estabelecemos nessa lei complementar estipulando alguns prazos para o Governo do estado encaminhar para esta Casa as demais legislações pertinentes à categoria. Infelizmente, o governo não enviou, não sinalizou até o presente momento. Desconheço que essas legislações estejam sendo trabalhadas dentro do Executivo, eu me refiro à lei de remuneração dos policiais bombeiros e militares com subsídio, que o governo teria até o dia 11 de agosto para encaminhar, aliás até o dia 13 de outubro era o prazo de 180 dias para o governo encaminhar a lei de remuneração, o código de ética, o regulamento de promoção de oficiais e praças e outras legislações que ficaram amparadas em lei, ou seja, neste momento o governo do Estado está desobedecendo aquilo que

está amarrado em lei. E, aí, Deputado Gabriel, o governo pode até alegar que era um ano de eleição, não teve tempo, o governo não conseguiu montar uma equipe técnica, e o que nos preocupa é que não percebemos dentro de executivo nenhuma iniciativa para cumprir o que está amarrado em lei, essa é a nossa maior preocupação, o Governo do Estado do Estado, até então, desconheço se existe uma comissão no âmbito da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiro montando a lei de remuneração, o código de ética dos policiais e bombeiros e a lei que regula a promoção dos oficiais. Como também ficou amarrado no Estatuto que o comando das corporações teria um prazo de 120 dias para regulamentar as escalas de serviços, nós estabelecemos em lei que seria no mínimo 3/1, ou seja, o policial trabalharia uma hora, e folgaria três; se trabalhar 24 horas teria 3 dias de folga. Respeitando a especificidade dos Bombeiros Militares, deixamos a critério do Comando da Corporação regulamentar essas escalas, mas até o presente momento essas escalas não foram regulamentadas. Haja vista que há diversos serviços operacionais dentro do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar o qual necessita de uma escala de serviço diferenciada de acordo com o serviço. Ou seja, um Policial de guarda tem uma escala, o policial de rua tem outra escala. Cabe, pois, ao Comando da Corporação regulamentar essas escalas, porém até o presente momento isso não foi feito. É preocupante a falta de iniciativa, o que leva a crer que é de propósito para prejudicar os policiais, com intuito de colocar a tropa contra a Associação de Policiais e Bombeiros, haja vista que foi um preito da entidade de policiais e bombeiros; que hoje não é bem vista pelo Comando da Corporação. Tentam culpar as lideranças dos Policiais e Bombeiros por essa escala, simplesmente por falta de vontade dos Comandos da Corporações em regulamentar essa escala. Espero que o Chefe do Executivo tenha a sensibilidade, para não precisar ir à justiça para fazê-lo cumprir o que foi estabelecido em lei. Em outras palavras, se o Governador continuar descumprindo a Lei 194, cabe a ação para obrigá-lo fazer. Se for preciso recorrer à justiça para que se garanta, conforme está estabelecido em lei, nós faremos! É a Lei de remuneração por subsídio; o Código de Ética e Disciplina; Lei de Regulamentação de Praças, no cumprimento das escalas de serviços de, no mínimo, 3/1. Peço à Base Aliada do Governo, ao Presidente desta Casa que em outro momento, já levou essa demanda ao Governador, quando se comprometeu em resolver mas até o momento desconheço alguma iniciativa nesse sentido. Também a Associação de Policiais e Bombeiros já apresentou as propostas e sugestões. Esperamos que o Comando da Corporação e o Chefe do Executivo abram um canal de diálogo entre as entidades que representam o Bombeiro para discutirmos essa proposta, para não ser, mais uma vez, uma proposta sem discussão, colocada para esta Casa sem um debate. Corremos um sério risco de ter uma movimentação do tipo que ocorreu com os Policiais Civis, dos trabalhadores da saúde e da educação, que não foram ouvidos, chegaram a ocupar o plenário e acampar em frente a Assembleia. Portanto, o Governo do Estado já teve que passar por vários constrangimentos em ter que mandar propostas de lei para esta Casa para depois retirar porque a categoria não se sentiu contemplada, não participou da discussão e depois fica sem ter a quem recorrer, senão a esta Casa. Alguns Deputados da base do Governo, às vezes, se sentem pressionados, ao enfrentar aqui 500 pessoas, até duas mil pessoas por não serem ouvidas pelo Executivo, recorrem a esta Casa para cobrar seus direitos. Eu espero que o Governo do Estado não cometa o mesmo erro, que ouça a categoria, monte uma comissão com a participação dos respectivos representantes, de forma que possamos ainda este ano mandar para esta Casa a nova legislação de Policiais e Bombeiros.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Depara-se constantemente, com certas situações, quer dizer, de pessoas serem trazidas para a Assembleia para que os participantes deem respostas que não são de sua competência. Então, antes de trazer para cá as pessoas, não se criar expectativas ou vender esperança para o que não é possível, e proponho a esta Casa, antes de qualquer movimento, oportunize uma discussão para que as instituições tenham conhecimento sobre o orçamento do Estado. A Assembleia tem a obrigação de abrir o orçamento do Estado discutir com as categorias para que tenham conhecimento sobre o que é possível neste Estado. Nós já começamos a não ter condições de pagar folha de pagamento do Estado, já começamos a não pagar fornecedores, nós não temos um orçamento onde ele é aberto a todo mundo. Este Estado não tem um real para investir em infraestrutura ou em qualquer outro setor. Eu acho a Assembleia, antes de criar ilusões, tem obrigação de informar a todos o orçamento do Estado. Ontem eu assistir uma reunião e hoje

outra, sobre a concessão de incentivos fiscais da classe produtiva, que, a cada ano, recebe mais incentivos, e a cada ano a produção e a participação no PIB cai mais. Na semana passada eu li uma matéria na folha de Boa Vista, onde o SINTER declara ter 10 mil professores no Estado de Roraima para atender pouco mais de 70 mil alunos. Então, vive-se em um Estado de sonho, Estado que vive unicamente de um FPE que não tem um real sequer para investir, enquanto nós estamos sendo apedrejados e cobrados por problemas que nós não vamos poder resolver. Então, que a Assembleia Legislativa prepare uma Audiência Pública aberta a todos que queiram participar, para informar sobre a real situação do orçamento do Estado, estudar, juntos, uma maneira de onde nós vamos tirar dinheiro para dar aumento para servidor, para aplicar na saúde, merenda escolar, merenda do presídio etc... Considero interessante a participação popular para nos ajudar com proposta orçamentária na mão indicando de onde vai sair esse dinheiro, é muito bom a gente pedir e cobrar, mas a nossa obrigação primeiramente é dizer de onde vêm os recursos, e para dizer a gente vai precisar abrir essa discussão discutir, mostrar e conhecer antes de tudo, pois cobrar é fácil! A gente tem que conhecer o orçamento, discuti-lo e pedir ajuda da sociedade organizada, a fim de buscar solução para o Estado de Roraima. Obrigado

Aparte concedido ao Senhor Deputado George Melo – colaborando com a Deputada Aurelina, será que só tem competente na Europa, na América, Ásia, mas quando a crise é mundial, durante a qual o dinheiro diminuir. A Presidente Dilma precisou fazer intervenções para que o setor produtivo no Brasil não parasse, e para isso teve que tirar de quem, hoje nós estamos vendo as Prefeituras quebradas no Brasil inteiro, estamos tendo experiência nisso, porque o que comporta o FPE e FPM é o IPI e parte do imposto de renda, isso Presidente Dilma teve que abrir mão disso, os Estados estão na penúria. O nosso Estado recebeu cortes, tendo seu o orçamento pela metade. Então, como não existe mágica, não sei como vamos discutir aumento aqui, se o Governo hoje não sabe como pagar o duodécimo, essa mágica, essa equação precisa ser discutida nesta Casa. É muito fácil falar sobre aumento, trazer os funcionários e dizer, que é a favor do aumento, é essa equação que precisa ser entendida. Acho que a oposição precisa amadurecer, existem problemas em nosso Estado, onde o funcionalismo representa mais de 30% do PIB, enquanto o setor produtivo é pouco mais 4,5%. Então, há um descompasso nisso que precisamos ajustar. É fácil a gente vir falar de aumento para o judiciário, juízes, médicos, professores, agora dizer de onde vem esse dinheiro e como aplicá-lo, distribuí-lo, aí é outra coisa. Eu sei que Vossa Excelência representa uma categoria, é neste momento a gente precisa ter juízo, nós representamos o parlamento. Eu queria contribuir com suas colocações, por ser considerado um Deputado que se preocupa muito com a categoria. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua – Obrigado, Deputada Aurelina e Deputado George, e vou contrapor os apartes de Vossas Excelências, antes, porém, quero concluir a minha fala no tocante à cobrança feita junto ao Executivo e junto ao Comando da Corporação da Polícia Militar. Recentemente, Deputado George, encaminhamos Requerimento à Vigilância Sanitária do Estado para constatar in loco a real situação da penitenciária agrícola, espaço de trabalho onde os policiais e carcereiro ficam alojados. O laudo da vigilância sanitária foi indiscutível, condenou a situação insalubre, falta de higiênico total naquele ambiente, atribuído aos anos e anos sem passar por reforma. Quero também cobrar ao Secretário de Segurança e Justiça e Cidadania do Estado, ao Comando da Polícia Militar que tome as devidas providências para dar a mínima condição de trabalho a aqueles policiais e bombeiros militares. Também, Deputado Gabriel, nos preocupa o real efetivo da Polícia Militar do Estado em torno de 1.300 homens que continua o mesmo da década de 90, passados quase 20 anos e enquanto o Estado tinha crescido na quantidade da população na cidade. Então, esse problema vem causando danos irreparáveis à sociedade roraimense, com falta ou inexistência de policial para atender a comunidade. E o governo do Estado hora por outra anuncia concurso, já teve até solenidade anunciando esse concurso que nunca saiu do papel. Os cursinhos já abriram e fecharam turmas na expectativa desse concurso público, que se faz necessário para atender principalmente o interior do Estado. Então fica essa cobrança ao executivo e ao Comando da Corporação.

Deputada Aurelina e Deputado George, achei importante a participação de vocês quando se colocaram à disposição para abriremos o orçamento do Estado para uma discussão, me parece que estão querendo discutir a vaca magra, pois quando estava gorda ninguém quis

discutir o orçamento do Estado, sem mencionar, temos a plena certeza que o Estado passa por dificuldades, acompanhamos a cada repasse feito pela União para o Estado, assim como a arrecadação própria do nosso Estado, sabemos que o Estado de Roraima é dependente, sim, das transferências federais. Agora, não podemos aqui é apresentar um cenário caótico para os servidores públicos, para a sociedade em cima de um orçamento fictício, se pegarmos o orçamento aprovado no ano passado para este ano, está sendo cumprido integralmente. Então, o governo do estado subestima as receitas, é que em julho já estava com quase 600 milhões de excesso de arrecadação, no ano passado o Estado arrecadou a mais do que estava previsto, agora trabalhamos com orçamento fictício, subestimado onde pega a peça orçamentária do ano anterior e adiciona 4,5% de reposição salarial. O Executivo se nega, o Secretário de Planejamento se nega a discutir o orçamento, simplesmente faz uma cópia do ano anterior e adiciona 4,5%. Sabemos que nossas emendas não são contempladas, mas sabemos que ordem e determinação quanto ao orçamento é imexível. Então, isso é preocupante. E com a sugestão de abrir o orçamento para as entidades, concordo e apoio, e já estou iniciando isso por espontânea vontade, estou encaminhando a peça orçamentária com toda a documentação necessária para os sindicatos e representantes dos servidores públicos nas diversas categorias, para sociedade civil. E sempre dizendo que esse orçamento é uma ficção. Por que não demite 3000 cargos comissionados e não faz concurso público, para aumentar o efetivo da PM, Corpo de Bombeiros, Saúde, Educação? Sabemos para que serve boa parte desses cargos comissionados, que o intuito desses cargos está relacionado a questões políticas eleitoreiras.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Flamarion Portela-Deputado Sampaio, Senhoras e Senhores Deputados, é importante discutir o orçamento, pois o momento é entender realmente que o Estado, em função de sua dependência das transferências do fundo de participação dos Municípios, vive um momento difícil. Mas, quero lembrar que nos três primeiros anos do Governo Anchieta Junior, o FPE cresceu quase 1 em relação a 2007, Deputado Jalser Renier. De 2008 para 2009, esse mesmo FPE cresceu mais de 11%; e de 2009 para 2010 cresceu 12%. Portanto, nesses anos, nós vivemos momentos extraordinários no sentido de arrecadação, quando o mundo e o Brasil estavam com a sua economia em alta, muita venda, muito emprego, muita demanda e, conseqüentemente muito imposto. Mas, eu ainda quero lembrar que aqui esteve o Secretário Leocádio que confirmou isso. Em dezembro, quando o Brigadeiro Ottomar morreu, peguei os extratos do FUNDEB. Naquela ocasião, o Brigadeiro Ottomar deixou só no FUNDEB, aplicado no BB Fixo, 71 milhões de reais em caixa. Naquela época, o Leocádio declarou aqui, e que separou os 40 milhões para pagar os professores, mas deixou em caixa 21 milhões dos recursos próprios. Tinha algo em torno de 70 milhões, ou seja, o Brigadeiro Ottomar deixou em torno de 150 milhões de reais em caixa. Além disso teve um acréscimo, nas transferências, mais de 15%, quer dizer, em 2008 se nadou em dinheiro. O orçamento que era quase um bilhão e quatrocentos milhões de reais, o gasto foi efetivamente de dois bilhões e cem, porque herdou esses recursos em caixa para gastar em 2008, além do mais teve acréscimo de receita. Em 2009, teve esse aumento, conforme acabei de falar, como em 2010. De 2011 para cá, começaram a cair as transferências, as receitas diminuem, também tem incentivo de isenção do IPI pelo Governo Federal para gerar mais emprego e renda. Portanto, hoje, embora enfrentamos um momento difícil, existem momentos de muita bonança. Infelizmente o dinheiro foi gasto de qualquer jeito.

Eu lembro, Deputado Joaquim, que, para certas categorias, em 2008, houve reajuste de 74%, quer dizer, o Governador achava que tinha tanto dinheiro que podia dar esse reajuste, ou seja, hoje ele não dá nem o que é legal 5%, 6%. Ele oscilou de 74% a 0%, porque algumas categorias tiveram 35%, outras 15%, e outras, ainda 0%, como foi o caso dos policiais militares. Para se ter uma ideia, a Secretaria de Obras tem um grupo de técnicos em eletrificação, edificação, estradas e topográficos, total de 36, se não me falha a memória. Eles têm a mesma formação que técnicos agrícolas, estudaram na mesma escola técnica. Mas os técnicos da Secretaria de Obras, como eram apenas, 36 não tiveram o mesmo reajuste. Quer dizer, se concedeu reajuste de acordo com a pressão, não houve critérios. Hoje estamos pagando as conseqüências, além do que, Deputado Sampaio, há criação de cargos comissionados desenfreadamente. O grande mal é a ampliação de 1800 cargos comissionados, sendo que hoje existem 5000. É muito cargo comissionado para pouca produtividade. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua – Deputado,

Vossa excelência confirma o que eu tinha dito anteriormente. Em época das vacas gordas, não se abria o orçamento para discutir com os servidores nem a sociedade. Na época das vacas magras querem discutir, mostrar para a sociedade que não tem recursos, que não é possível dar reajustes, que não é possível fazer investimentos necessários. Mesmo assim, ainda acho válido a iniciativa desta Casa em abrir o Orçamento do Estado para discutir, para demonstrarmos para a sociedade. Agora, temos que discutirmos, Deputado Joaquim, um orçamento real, basta pegar o balanço do Estado dos últimos quatro anos. Vamos constatar que a peça orçamentária que vier para esta Casa não representa a sua realidade, sem mencionar, Deputado Brito, que o Estado se encaminha, cada vez mais, para tornar-se refém dos repasses da união. Nós percebemos, o ano passado no orçamento, este ano não é diferente, priorizando a Secretaria de Comunicação, Casa Militar e tantas outras, agora, a Agência de Fomento, a ADER e outros órgãos que podem sim ajudar a aumentar o PIB do nosso Estado, criando renda e emprego. Essas entidades não têm prioridade nenhuma no orçamento do Estado, parece que faz questão de, cada vez mais, tornar o Estado refém do repasse federal. A discussão só será importante, se acontecer em cima de um orçamento real e que as entidades estejam presentes, tenham a oportunidade de sugerir, a exemplo do requerimento nosso, meu e de alguns Deputados, em pauta, sugerindo audiência pública para discutir a situação da UERR, também, queremos levar o orçamento da UERR, que ele foi montado sem a participação dos professores, dos alunos, simplesmente, porque o reitor entendeu que aquilo era o orçamento ideal e mandou para cá. Ou seja, essa é a prática do Governo na montagem da peça orçamentária. Ou seja, queremos a discussão, mas que seja construtiva, que abra, ouça e acate, dentro das possibilidades, o que a sociedade nos sugerir. Obrigado.

O Senhor Deputado Brito Bezerra pede uma Questão de Ordem: Senhor Presidente, democraticamente, gostaria de saudar aqui o nosso próximo Vereador do Município de Caroebe, do PSDB, o segundo mais bem votado, teve o nosso apoio...

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia com discussão e votação, em turno único, do Requerimento de Pedido de Informação nº 013/12, a ser oficializado ao Magnífico Reitor da UERR, Professor Doutor José Hamilton Gondim Silva, para prestar, nesta Casa, esclarecimentos por escrito, através de documentação pública da referida instituição, da autoria do Deputado Soldado Sampaio; do Requerimento nº 040/12, de 11/10/12, de autoria de vários Deputados, requerendo a convocação do Magnífico Senhor José Hamilton Gondim Silva, Reitor da Universidade Estadual de Roraima, para prestar esclarecimentos em audiência pública nesta Casa, no próximo dia 31, às 10h, sobre os seguintes assuntos: Transparência dos gastos da UERR e revisão da divisão dos gastos públicos frente aos princípios da administração pública e às normas internas vigentes; Cumprimento de dispositivos do estatuto e criação de Regimento Interno; Estrutura física da Universidade e suas prioridades, construções e reformas; Orçamento da instituição e a necessidade de incremento e modificação; Valorização profissional, cargos comissionados e eleição para os Conselhos da Universidade; Prioridade sobre a compra de livros, equipamentos para laboratórios, quadra poliesportiva e suas necessidades; Revogação do Decreto que altera a composição do CONUNI; Revisão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, proposta pelos docentes. Requer, também, encaminhar convite à Diretoria do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual de Roraima, o Diretório Central dos Estudantes e outra representação legítima dos estudantes da Universidade, a fim de acompanharem e apresentarem exposições sobre o assunto; do Projeto de Decreto Legislativo nº 005/12, que “Declara de Utilidade Pública, nos termos da legislação vigente, a Associação Trindade de esporte e Cultura (ASSTRIN), e dá outras providências, de autoria do Deputado Gabriel Picanço; do Projeto de Lei nº 051/12, que “Altera dispositivos normativos da Lei nº 431/04, que Declara área turística no Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Flamarion Portela; e do Requerimento nº 39, de 18/10/12, de autoria de vários Deputados, requerendo a inclusão na pauta da ordem do dia 18 do corrente a discussão e votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 003/12.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões em conjunto possam emitir Parecer às referidas matérias.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Decreto

Legislativo nº 05/12.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Lido Projeto de Decreto Legislativo nº 05/12.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Em discussão o Projeto.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Presidente, demais colegas, como autor deste projeto, gostaria de defendê-lo. O projeto tem feito o bem para a sociedade roraimense, coloca 5 núcleos espalhados dentro de Boa Vista, as crianças que fazem parte desse projeto pertencem à família de baixa-renda, como o nome do projeto já diz “Adote um Atleta e Tire uma Criança das Ruas”. A nossa preocupação foi transformá-lo em utilidade pública para facilitar a obtenção de recursos das entidades privadas, estatais e mesmo do governo, através da secretaria de educação, pois existe possibilidade de ele receber recursos para se manter. É uma preocupação nossa como da sociedade roraimense. Pedimos, portanto o apoio dos demais colegas com voto favorável ao projeto.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Continua em discussão. Não havendo mais nenhum Deputado para discutir a matéria, submeto-a à votação que será nominal e eletrônica. Os Senhores Parlamentares têm um minuto para justificar o voto.

Declaro aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 05/12 por 14 votos favoráveis, e nenhum contrário.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda a leitura do Projeto de Lei nº 051/12.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Lido o Projeto.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Em discussão o Projeto de Lei nº 051/12. Não havendo quem queira discutir, em votação o projeto. Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 051/12 por 14 votos favoráveis e nenhum contrário.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura de Requerimento de Pedido de Informação nº 013/12.

O senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) Lido o Requerimento.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Em discussão o Requerimento.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Nós estamos convocando ele para audiência no dia 31, ele pode dar todas essas informações ao Deputado Sampaio, infelizmente a gente está sobrepondo duas etapas ao mesmo tempo. Peço que seja rejeitado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente eu não vou retirar o Requerimento, pois vai fortalecer a audiência pública, vai subsidiar esta Casa como o próprio Reitor ao prestar informações que durante a audiência pública ele pode ser indagado. Pretendemos, como prioridade, na audiência elaborar os objetivos, as metas, que é forma de esta Casa ajudar a UERR, cuja situação está delicada após ter sido avaliada como uma instituição com pior índice na qualidade de educação. Precisamos, para isso, colher algumas informações para nos auxiliar nas nossas emendas. Destaca-se a emenda do Deputado Flamarion, no valor de um milhão para aquisição de livros para a UERR, porém não sabemos se foram adquiridos ou não. Eu não vejo nenhuma afronta nesse Requerimento, é um pedido de informação que qualquer cidadão tem direito pela lei de transparência, e mais, esta Casa tem o dever de fiscalizar a administração pública. Eu peço voto pela aprovação.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Em votação o Requerimento. A votação será nominal, votando sim aprovam o Requerimento e votando não rejeitam.

A votação acusou empate: 8 votos sim, e 8 votos não. Eu, como Presidente, voto contra. Dou por rejeitado o Requerimento de Pedido de Informação nº 014/12, de autoria do eminente Deputado Soldado Sampaio.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura de Requerimento nº 013/12, de autoria de vários Deputados.

O Senhor Soldado Sampaio pede Questão de Ordem. – Senhor Presidente, trata-se de um Requerimento para uma audiência pública a ser realizada no dia 31, próxima quarta-feira. Houve um erro de digitação, mas já solicitei que seja feita a correção.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – (Lido o Requerimento nº 013/12, de autoria do Senhor Deputado Soldado Sampaio, solicita a comprovação do Magnífico Senhor Reitor da Universidade Estadual de Roraima, Hamilton Gondim da Silva, para prestar esclarecimentos pessoalmente em uma audiência pública a ser realizada nesta Casa Legislativa, no dia 31 de outubro de 2012, às 10 horas.)

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Em discussão o Requerimento nº 013/12.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Senhor Presidente,

gostaria de saber a quem está direcionada esta audiência pública, aos Deputados ou à sociedade, como um todo?

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Com segmentos envolvidos na comunidade acadêmica e com os Deputados. Nós ouvimos, haja vista, que nós estamos aqui discutindo o orçamento do Estado, incluindo o orçamento da Universidade Estadual e outras questões, já encaminhadas, através desta Casa, pelo nosso Presidente, Deputado Chico Guerra, junto ao Executivo, no tocante a essas regulamentações do Conselho, do Plano de Cargos e Salários, das Reformas que estão previstas na UER.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Tudo o que constava no outro Requerimento está aí. Preocupa-me, é que não tem especificamente um assunto predeterminado. Os assuntos que foram elencados para uma audiência pública, eu acho que são poucos, para poder discutir o orçamento. Considero extremamente ampla essa questão da convocação. Eu acho, quanto à convocação, os assuntos precisam ser bem colocados.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, eu vou mais além do que disse o Deputado Joaquim Ruiz, retire todos os itens. Não precisa Audiência Pública ter item algum. Nós, os Deputados, temos liberdade para perguntarmos o que quisermos. Então, não precisa ter item nenhum, uma vez convocado, nós podemos perguntar o que quisermos, sobre o que houver necessidade de esclarecimento aos senhores Deputados. Então, o que estamos discutindo aqui é como chover no molhado, não precisa nada, convoca-se, e aqui nós fazemos a pauta. Não precisa, Deputado Sampaio, retire todos os itens, convoque o Reitor e aqui vamos perguntar o que quisermos.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, essa pauta é resultado de um entendimento durante uma reunião com a Comissão de professores e alunos que especificaram alguns pontos cruciais, do ponto de vista deles, a serem discutidos. Nada impede de discutirmos outros assuntos que não constam na pauta. Então, a nossa preocupação era montar uma Comissão do cerimonial, fazer o convite às autoridades. Agora, qual é a nossa preocupação nas entidades? É que esses assuntos, de alguma forma, sejam discutidos através dessa audiência pública. Senhor Presidente, concordo com o Deputado Flamarion de que nada impede de nós discutirmos qualquer assunto aqui dentro, independente de assuntos que as entidades colocarem, mas o que as entidades colocarem, serão os assuntos que eu gostaria que fossem abordados. Agora, nenhum Deputado é obrigado a abordar o que está aí, ele pode ter outros assuntos de seu interesse em abordar. Agora, as entidades que querem participar, a comunidade acadêmica que querem discutir essa questão, estão se preparando para aqui colocar. E, como falamos de orçamento, não estamos nos referindo ao orçamento do Estado, mas do orçamento da UERR, dentro do qual constam tantos milhões para construir a reitoria. Inclusive, o Sindicato está preparando sugestões aos Deputados para que haja remanejamento, haja prioridades dentro do próprio orçamento da UERR, direcionado a alguns pontos que eles acham importantes. Nós não queremos discutir o orçamento do Estado, queremos discutir o orçamento da UERR, assim como a questão do Estatuto, Planos de Cargos e Carreiras. Então, não vejo o porquê para toda essa discussão, pois só queremos estabelecer e construir prioridades para a UERR, visando melhorar o índice daquela instituição.

O Senhor Deputado Jalser Renier – Senhor Presidente, eu acho que os itens apresentados aqui pelo Deputado Sampaio, na verdade, dizem respeito mais para o Reitor da universidade, quando vier a esta Casa, esteja preparado no tocante às questões que ele terá de enfrentar. Então, veja bem, isso aqui é mais ou menos um ajustamento que o Parlamentar apresentou. Quando encaminhado um pedido de informação ao Presidente de uma estatal, um Secretário, seja lá quem for, que venha preparado a esta Casa, com base no Pedido de Informação, mas não explica no Pedido de Informação o que ele vem tratar e, às vezes, um Parlamentar pergunta sobre alguma coisa, que ele se reserva o direito de não falar naquele momento por não ter os dados referentes ao assunto da sua equipe, naquele momento, para apresentar. Então, isso aqui esclarece alguns pontos. Eu acho que o reitor da UERR vai esclarecer alguns pontos, preparado para enfrentar algumas perguntas dentro dessas que foram elencadas aqui. E quanto ao tempo, quem vai definir é a Comissão. Esse Pedido de Informação, a meu ver, não afeta em nada o conteúdo de perguntas que deverão ser apresentadas aqui. É bem verdade que, se não houver tempo para tratar tudo no dia, como disse a Deputada Aurelina, prorroga-se o prazo para concluir em uma outra oportunidade, ou então elenca as

prioridades dos problemas que a UERR enfrenta. É uma questão de bom senso.

O Senhor Deputado Chico Guerra – Senhor Presidente, duas vezes, estivemos reunidos com os alunos e professores da universidade. Na primeira, foi solicitado Audiência Pública para discutir os problemas da universidade, e após, surgiu a ideia de relacionar focos dos professores e dos alunos sobre o assunto, como explicou o Deputado Jalsler Renier. E assim foi feito, e assim tá o pedido. Na última reunião, que o Deputado Sampaio participou, foi no sentido de destacarmos, relacionarmos os pontos mais críticos e encaminhá-los ao reitor para seu conhecimento, enfim, ciente do tema que vai tratar aqui. Isso não significa que nós só vamos falar disso aí. Então, é a ideia de como vai ocorrer a audiência pública com o Reitor. O Reitor poderá até abordar outros problemas que não foram previamente relacionados. Então, acho que ficou claro. Vamos por em votação.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Não havendo mais nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A Votação será nominal, votando “sim” os Senhores Deputados aprovam e votando “não”, rejeitam a matéria.

Solicito a abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado o Pedido de Audiência Pública nº 013, por 15 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Parecer da Proposta de Emenda Constitucional nº 003/12.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (Jalsler Renier) – Lido o Parecer.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, faço um apelo a todos os colegas ausentes para se fazerem presentes, tendo em vista tratar-se de matéria de extrema importância para o turismo de Roraima, especificamente na área de Iracema e Caracará, quer dizer, o projeto vai viabilizar economicamente aporte de recursos para o desenvolvimento do turismo na região do Bem-Querer, consequentemente beneficiará o estado com aportes de recursos vultosos para o incremento do turismo. Então repito, que os parlamentares venham completar o quórum suficiente, de 19 Deputados, para aprovação da matéria, considerada de extrema importância para a região do Bem-Querer do Estado.

O Senhor Deputado Chico Guerra – Senhor Presidente, esta matéria é fundamental para o desenvolvimento do Estado, servirá de embasamento para a FEMAHT conceder licença para o início da construção da Usina do Bem-Querer, além de resolver os problemas da capital, também irá beneficiar, e muito, o Município de Caracará. Então, estou com esta bancada para poder votar matéria que vai

beneficiar o meu Município, além do imposto da construção, dará durante o resto da vida, o imposto sobre a geração de energia. É, portanto, de fundamental importância para o Estado e muito mais para Caracará.

O Senhor Deputado Jalsler Renier – gostaria de lembrar a todos os Deputados que se algum Deputado votar contra, a PEC fica prejudicada, pois precisamos de 15 votos para aprová-la.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir a matéria, submeto-a à Votação, que será nominal e eletrônica, nos termos do parágrafo 2º artigo 60, da Constituição Federal e parágrafo 2º da Constituição do Estado. A emenda será aprovada se obtiver 3/5 dos votos favoráveis dos membros desta Casa. Comunico aos senhores parlamentares o tempo de 1 minuto para justificar seu voto. Votando “sim”, os senhores Deputados aprovam a matéria. Votando “não”, rejeitam-na. Solicito ao técnico proceder a abertura do painel para a votação.

O Senhor Deputado Chico Guerra pede justificativa de voto. Senhor Presidente, neste momento da votação da matéria, gostaria de agradecer aos Senadores do nosso Estado, Senador Romero Jucá e senadora Ângela Portela pelo apoio neste particular, vamos torcer, para que eles continuem com o mesmo empenho, para concretizarmos a construção da tão sonhada usina do Bem-Querer.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Declaro aprovado, em primeiro turno, a Emenda à constituição nº 003/12, com 16 votos sim, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário.

Comunico aos Senhores Deputados que a matéria retornará na próxima Sessão para a votação em segundo Turno.

Passaremos, agora, para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Gostaria de agradecer a compreensão de todos os colegas que votarem em favor da PEC, considerada de fundamental importância para o desenvolvimento do Estado, ao beneficiar diretamente as regiões dos Municípios de Caracará e Iracema. Parabéns a todos do nosso Estado.

Não havendo mais quem queira se pronunciar no expediente de Explicações Pessoais e mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, e convoco outra para o dia 23, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Jalsler Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 23/10/2012


PROCON
ASSEMBLEIA
A voz do Consumidor